

ALIMENTAÇÃO, SINDICALISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS



ALBANEIDE PEIXINHO

*COORDENADORA DO PROJETO DE NUTRIÇÃO DO CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME/PMA/ONU E
CONSELHEIRA DA CNTU*

O apetite do homem civilizado é mais de ordem psíquica e visa mais à satisfação do prazer de comer do que à satisfação de suas necessidades de nutrição.

Josué de Castro



HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

ALIMENTOS DOS ESCRAVOS

Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de Gabriel Soares
Tubérculos: inhame, mandioca; Milho (denominado pelos índios de Ubatim e Zaburra pelos africanos de Guiné); arroz; Aquês (coco); carangueijo (pobres); cana de açúcar

ALIMENTAÇÃO COMO FORMA DE GARANTIR SAÚDE DOS ESCRAVOS E PORTANTO MAIS VALOR NA SUA VENDA

Doenças entre os escravos

Da oftalmia brasileira: Gama Lobo

Pensamos que a causa desta oftalmia é a falta de nutrição conveniente e suficiente a que estão submetidos os escravos dos fazendeiros ... O trabalho excessivo, a alimentação insuficiente, os castigos corporais em excesso transformam estes entes miseráveis em verdadeiras máquinas de fazer dinheiro.

Na região Norte era mais difícil adoecer em virtude de alimentação mais variada.



HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

JOSUÉ DE CASTRO afirma que os senhores de engenho davam mais alimentos energéticos com objetivos de obter maior produção não se importante com os requerimentos nutricionais o que causava doenças do tipo: "afecções nutritivas, avitaminoses, tuberculose e tantos outros males habituais" (Vasconcelos. F)

Escravos dos engenhos de açúcar, escravos das fazendas de gado, escravos da mineração, escravos dos cafezais e escravos urbanos não deviam ter a mesma dieta. Assim, os escravos, para se alimentarem, ficavam à mercê de seus senhores e na dependência do entendimento dos mesmos quanto ao papel da alimentação na produtividade no trabalho.
(Câmara Cascudo)

Interessante que se analisarmos as políticas públicas de alimentação do trabalhador, quer no longínquo Saps ou no atual Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), qual seja, o de alimentar para produzir e, de certa forma, a partir de um cardápio 'imposto' pela empresa

HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Alimentação como Estratégia para Melhorar o Desempenho e Reduzir Tensões

SÉCULO XX

Mais especificamente entre 1911 e 1919, no bojo da economia capitalista exportadora cafeeira, os movimentos reivindicatórios que pleiteavam o fornecimento de serviços médicos aos trabalhadores nas fábricas podem ser entendidos como um projeto da própria classe empresarial, com dupla intenção. Primeiramente, para conter conflitos e tensões que ameaçavam despontar na classe operária; segundo, sendo o trabalho do imigrante essencial à implantação da produção desejada, era necessário criar condições que atraíssem e retivessem o trabalhador estrangeiro. Assinala-se, no período, a instalação de outros benefícios, como creches e restaurantes para fornecimento de alimentação ao trabalhador a preço de custo

(Braga, Paula, 1981).

HISTÓRICO DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL

Políticas de Incentivo a Produção dos Agricultores Familiares como estratégia para a promoção da SAN – *Josué de Castro* –

Década de 30

- ❖ Adoção de uma política alimentar com melhoria na produção e na produtividade – propunha uma Reforma da economia agrícola;
- ❖ Combate ao latifúndio; incentivo à produção agrícola de frutas, verduras; título da propriedade; produção diversificada de alimentos; atendimento prioritariamente interno e posteriormente a exportação; mecanismos de incentivo a compras institucionais;
- ❖ Promoção de iniciativas educativas para incentivar a construção de hábitos saudáveis na perspectiva da SAN, especialmente para os pequenos agricultores e a população pobre.

Os MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS

1948 – Declaração Universal dos
Direitos Humanos



1957 – Paris – Associação Mundial na Luta
contra a Fome – ASCOFOM

“CAMPANHA MUNDIAL CONTRA A FOME –
FAO”

1966 – Pacto Internacional sobre os
direitos Sociais, Econômicos e Culturais –
art 11

Os MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS

Dec. 40 - SAPS – Serviço de Nutrição e Previdência social - reivindicação dos trabalhadores – PAT

1945 – Comissão Nacional de Alimentação

1946 – INAN

1955 – Liga Camponesa do Nordeste (Brasil)
Luta pelo acesso a terra e os seus direitos de viver com dignidade;

1955 – Governo brasileiro cria o atual PNAE – Caixas Escolares

PRONAN – DECADA DE 70 (INAN)

SUS – 1988 – Artº 200 inciso IV
(Sindicato dos Nutricionistas do DF, ASBRAN, CFN)

PNSAN - LOSAN – 2010 CONSEA –
(CFN e ASBRAN)

EC 64 - 2010

Articulação e movimentos nacionais e internacionais
REAF, MERCOSUL, CSA, CÚPULA DE ALIMENTAÇÃO DA FAO/ROMA, ASSOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS TÉCNIC CIENTÍFICA, Mov Sindicais Nacionais, Federações e Confederações.
Fóruns: FENTAS, FBSSAN

Legislações que envolvem o Nutricionista

Criação da
Asbran
1949

Criação dos
Conselhos de
Nutricionistas
5276/67
6583/78

Lei da
profissão de
Nutricionista
5276/67
8234/91

PNAN
Nut no NASF
Atenção
básica, média
e alta
complexidade

PNAE

Atuação nas
UAN
PAT
6321/76

Áreas de participação obrigatória do Nutricionista

- Normas básicas para implantação do Sistema Alojamento Conjunto nas unidades médicas assistenciais SUS – 1993
- Requisitos para credenciamento de Hospital-Dia e Hospital Dia Geriátrico - equipe multiprofissional e serviços de nutrição – 1998
- Hospital – Dia Geriátrico – 23/03/1998
- Hospital Dia – 26/03/1998
- Terapia de Nutrição Parenteral -08/04/1998
- Terapia de nutrição enteral -2000
- Atendimento aos recém nascidos – SIH/SUS – 02/03/2000

Áreas de participação obrigatória do Nutricionista

- Terapia Nutrição Enteral – 06/07/2000
- Saúde das Pessoas Ostomizados – 16/11/2000
- Assistência a queimados – atualizado em 21/11/2000
- Tratamento para fenilcetanúria – 17/12/2000
- Triagem Neonatal -06/06/2001
- Política Nacional de Desenvolvimento Social – 20/07/2001 – Bolsa de alimentação (recomendação)
- Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para lactantes e crianças de primeira infância- 08/11/2001

Áreas de participação obrigatória do Nutricionista

- Regulamento técnico para promoção comercial de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância – 2002 - Faz referência que para o consumo de indicação expressa de médico ou nutricionista.
- Estabelece os parâmetros de cobertura assistencial no âmbito do SUS - Inclui o nutricionista no recursos humanos – 2000
- Assistência Hospitalar na Psiquiatria no SUS – 31/01/2002
- Cobertura Assistencial no âmbito do SUS – Portaria/MS 2002
- Os centros que realizam estudos de biodisponibilidade/bioequivalência para fins de registro de medicamentos – Resolução da Anvisa – 2003
- Assistência Cardiovascular e Centro de Referência de Alta complexidade -15/06/2004
- SISVAN – Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - 18/10/2004
Serviço de Diálise -15/06/2004

Áreas de participação obrigatória do Nutricionista

- Instituição de longa permanência para idosos -26/09/2005
- Serviços de alta complexidade em Câncer – 31/12/2005
- Banco de Leite Humano – 04/09/2006
- Programa Nacional de Alimentação Escolar – 16/06/2009 – obrigatório o profissional
- Sistema Nacional de Transplantes – 21/10/2009
- Núcleo de Assistência de Saúde da Família – 21/10/2011
- Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN – atualizada em 17/11/2011
- Gestante de Alto risco – 29/08/2013
- Estabelecimento hospitalar 24hs – 29/08/2013
- Atenção a gestante, puérperas e recém-nascido – 29/08/2013

COMISSÕES E CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL

- CONSEA
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
- COMISSÃO INTERSETORIAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
- CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
- COMISSÃO TRIPARTITE DO PAT
- COMISSÕES DA ANVISA
- PLANO DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Acompanhamento de Projetos de Lei

Diretamente vinculados

- ✓ PL 6819/2010 – jornada de trabalho de 30 horas;
- ✓ PL 5195/2013 – dedução do IR das despesas com nutricionistas;
- ✓ PL 5854/2009 – adicional de insalubridade e jornada de trabalho;

Acompanhamento de Projetos de Lei

Indiretos

- ✓ PL 6868/2010 – obriga a realização de exames anuais de saúde nos estudantes;
- ✓ PL 2598/2007 – obriga o serviço voluntários por egressos de universidades públicas, inclusive nutricionistas;
- ✓ PL 7949/2010 – cria o programa de avaliação nutricional dos alunos da rede pública de ensino;
- ✓ PL 1234/2007 – fixa diretrizes para a educação nutricional e segurança alimentar;
- ✓ PL 6803/2010 – institui a política de combate à obesidade;
- ✓ PL 7098/2010 – institui a semana educativa da nutrição infantil;
- ✓ PL 1699/2003 – institui a política de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e doenças associadas à alimentação e nutrição;

- ✓ PL 325/2007 – inclui a disciplina Educação Alimentar na grade escolar do ensino fundamental e médio;
- ✓ PL 652/2015 – dispensa os suplementos e complementos nutricionais do registro sanitário;
- ✓ PL 5056/2013 – dispõe sobre a profissão de técnico em nutrição e dietética;
- ✓ PL 7267/2002 – obriga a cobertura, pelos planos de saúde, de serviços de nutricionistas, dentre outros;
- ✓ PL 5043/2013 – proíbe a propaganda de refrigerantes e de alimentos de baixo teor nutritivo em escolas de ensino fundamental e médio;

Projetos de Lei (dentre outros) que tratam da alimentação escolar, sob diversos enfoques:

PL 3143/2015 – trata da alimentação diferenciada para crianças e adolescentes diabéticos e hipertensos;

Se as coisas são inatingíveis...ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora a presença distante das estrelas!

“

Mário Quintana

Muito Obrigada